

**OF no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 158.649 - PR (2018/0121493-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR  
**SUSCITADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**INTERES.** : LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER  
**ADVOGADOS** : CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA - PR002555  
MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA - PR019406  
CAMILA BORBA HEGLER BEWALSKI E OUTRO(S) - PR039435  
**INTERES.** : SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF  
**ADVOGADO** : DANIEL MUSIELLO DOS SANTOS - RJ106075

**DECISÃO**

Trata-se de encaminhamento de e-mail da 1ª Vara Federal - Curitiba/PR (fls. 1.068-1.071).

O retromencionado expediente tem o seguinte conteúdo:

Pelo presente, encaminho cópias dos despachos proferidos na execução de título extrajudicial, em trâmite nesta secretaria, autuado sob o nº 5015411-68.2018.4.04.7000, que solicitam informações dos autos de CC nº 158.649/PR (vosso). Segue a chave de acesso ao nosso processo: 78196394518.

*Decisum* à fl. 1.073.

É o **relatório**.

**Decide-se.**

O presente Conflito de Competência possui a presente fundamentação, em sua decisão:

O Serviço Social das Estradas de Ferro SESEF foi criado pela Lei 3.891/1916, juntamente com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a fim de promover a defesa da saúde dos ferroviários e de seus parentes, a solução de problemas educativos, a criação de cooperativas de consumo e o bem estar social e o aperfeiçoamento integral físico, intelectual, moral e espiritual do trabalhador ferroviário e de sua família (artigo 2º).

De acordo com o artigo 3º do mencionado diploma, o Serviço Social das Estradas de Ferro exercerá suas atribuições em cooperação com órgãos afins existentes ou quaisquer outras entidades públicas ou privadas. Com o advento da Lei 6.717/1974, que extinguiu o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, o Serviço Social das Estradas de Ferro passou para a Rede Ferroviária Federal S.A., mantidas, porém, as mesmas finalidades (artigo 3º).

A Lei 10.233/2001, por sua vez, autorizou o Poder

Executivo a promover a transferência das atividades do SESEF para entidades de serviço social autônomas ou do setor privado com atuação congênere (art. 105).

Posteriormente, com a Lei 11.483/2007, o serviço foi transferido à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública federal sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes.

Conforme bem destacado pelo Juízo Federal, ora suscitante, a entidade tem natureza jurídica de um serviço social autônomo, possuindo personalidade jurídica de direito privado. Desse modo, o SESEF não integra a administração direta ou indireta, atuando em cooperação com o Estado. Sua vinculação existe apenas para controle finalístico e de prestação de contas, caracterizando-se como uma entidade paraestatal. Os entes que prestam serviços sociais de caráter autônomo submetem-se à jurisdição estadual, nos termos da Súmula 516 do STF: "*O Serviço Social da Indústria (SESI) está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual*".

Nesses termos, é de se concluir pela competência da Justiça Estadual, conforme se extrai dos seguintes precedentes:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL GERAL. SENAI. ENTIDADE PARAESTATAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 516 DO STF.

1. Está assentado no STJ o entendimento de que a nova competência introduzida pela EC 45/04 abrange as demandas visando à cobrança da contribuição sindical (art. 114, III, da CF/88).

2. Não se incluem nessa competência as causas movidas pelo SENAI contra empregador objetivando a cobrança de contribuição social geral, por não possuir, o autor, natureza jurídica de sindicato e sim de entidade paraestatal.

3. É o que prevê a Súmula 516/STF, aplicável ao presente conflito, por analogia: '*O Serviço Social da Indústria (SESI) está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual.*'

4. Conflito conhecido e declarada a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas - RS, o suscitado.

(CC 95.723/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Seção, j. 10/9/2008, DJe 22/9/2008)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO POPULAR. SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE.

1. Discute-se, na hipótese, a competência para o processamento de ação popular proposta em desfavor do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, objetivando a anulação de contrato supostamente lesivo aos interesses públicos.

2. Os serviços sociais autônomos, embora compreendidos

na expressão entidade paraestatal, são pessoas jurídicas de direito privado, categorizadas como entes de colaboração que não integram a Administração Pública, mesmo empregando recursos públicos provenientes de contribuições parafiscais.

3. Embora a Lei da Ação Popular (Lei n.º 4.717/65) equipare o SEBRAE às entidades autárquicas, é certo que tal equiparação não se aplica

às questões que envolvam competência jurisdicional, restringindo-se, por óbvio, aos limites e objetivos próprios da Lei. Não pode uma equiparação legal subverter a regra constitucional de competência prevista no art. 109 da Constituição da República, que estabelece, taxativamente, as atribuições da Justiça Federal.

4. Aplicação, por analogia, da Súmula n.º 516/STF, segundo a qual 'o Serviço Social da Indústria - Sesi - está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual'.

5. Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público.

6. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Estadual suscitante.

(CC 41.246/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Primeira Seção, j. 25/8/2004, DJ 27/9/2004)

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC - ENTIDADE PARAESTATAL DE NATUREZA PRIVADA.**

I - Sendo o SESC entidade paraestatal de natureza privada não goza de foro perante a Justiça Federal, cuja competência em razão da pessoa, estabelecida no art. 109, inciso I, da CF, circunscreve-se aos feitos em que a União, a entidade autárquica ou a empresa pública federal forem interessadas na qualidade de autoras, intervenientes ou oponentes. Aplicação da Súmula 516 do STF.

(CC 25.391/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Segunda Seção, j. 13/12/2000, DJ 05/02/2001, p. 70)

No mesmo norte, sobre o SESEF: CC 152.846, Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 7/11/2017; CC 149.109; Ministro MOURA RIBEIRO; DJe 27/9/2017; CC 111.033, Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 4/11/2014.

Por fim, verifica-se que a Ação de Execução contra o SESEF pretende constituir título executivo para que este lhe pague pelos serviços prestados aos beneficiários de plano de saúde oferecido pelo ente paraestatal, matéria diversa daquela julgada no CC 137.724/MG, Rel. Ministro O LINDO MENEZES, Desembargador Convocado do TRF 1ª Região, Primeira Seção, DJe 14.9.2015, que fixou a competência da Justiça Federal. Em suma, a natureza jurídica do SESEF e sua desvinculação das entidades estatais, bem como a matéria tratada no feito, de caráter privado, envolvendo questão relativa a plano de saúde, afastam as hipóteses previstas no art. 109 da CF que autorizam a

competência da Justiça Federal para apreciar o feito.

Nesse diapasão, melhor esclarecendo a respeito do cumprimento da decisão e em consonância com fundamentação supra, estabelece-se que a competência é da Justiça Estadual.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de maio de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator

